



Gestão & Regionalidade

ISSN: 1808-5792

revista.adm@uscs.edu.br

Universidade Municipal de São Caetano do
Sul
Brasil

Casari, Priscila

AVALIAÇÃO DA EXPANSÃO RECENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS SEGUNDO A
ÓTICA DO MERCADO DE TRABALHO

Gestão & Regionalidade, vol. 30, núm. 90, septiembre-diciembre, 2014, pp. 4-17

Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Sao Caetano do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133433499002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

AVALIAÇÃO DA EXPANSÃO RECENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS SEGUNDO A ÓTICA DO MERCADO DE TRABALHO

EVALUATION OF THE RECENT EXPANSION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF GOIÁS ACCORDING TO THE PERSPECTIVE OF THE LABOR MARKETS

Priscila Casari

Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás – Goiânia (GO)

Data de recebimento: 9-10-2013

Data de aceite: 30-09-2014

RESUMO

O objetivo deste artigo é avaliar a evolução recente da oferta de cursos pela Universidade Federal de Goiás (UFG) segundo a ótica do mercado de trabalho. Para tanto, são utilizados dados Ministério da Educação (MEC) sobre o crescimento da UFG e do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o estado de Goiás. De acordo com os resultados observou-se que em Goiás, áreas de formação que possuem excesso de oferta de profissionais estão associadas a rendimentos abaixo da média, baixa taxa de ocupação superior e desemprego. Em relação à expansão da UFG, verificou-se que o crescimento recente se deu tanto em cursos em que hoje há excesso de oferta de profissionais, como em cursos em que há falta de mão de obra no mercado de trabalho, portanto, sem uma relação clara com a dinâmica do mercado de trabalho.

Palavras-chave: ensino superior; trabalho; oferta

ABSTRACT

The aim of this paper is to assess the recent evolution of supply of courses in the Federal University of Goiás (UFG) from the perspective of the labor market. Therefore, data of the Ministry of Education (MEC) on the growth of UFG and Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) 2010 Census for the state of Goiás, are used. According to the results, it was observed that in Goiás, undergraduation areas which have an excessive supply of professionals are associated with below-average incomes, low higher education occupancy rate and unemployment. Regarding the expansion of UFG, it was found that the recent growth occurred both in courses that nowadays have oversupply of professionals and in courses in which there is lack of professionals in the labor market. Therefore, the expansion of UFG doesn't have a clear relationship with the labor market dynamics.

Keywords: higher education; labor; supply

Endereço dos autores:

Priscila Casari

pricasari@ufg.br

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a educação superior, especialmente a rede federal, tem se expandido, e consequentemente, aumentado significativamente o número de universidades, campi, cursos e alunos. No estado de Goiás, segundo dados do MEC (2013), estão previstos diversos campi de institutos federais em Águas Lindas de Goiás, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Cidade de Goiás, Campos Belos, Novo Gama, Posse, Trindade e Valparaíso de Goiás. Já para a Universidade Federal de Goiás (UFG), estão previstos dois campi em Aparecida de Goiânia e Cidade Ocidental.

A expansão da rede federal é justificada pelo baixo percentual de profissionais com nível superior no país. Segundo MEC (2009), apenas 24,3% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior. Entretanto, muito pouco se discute sobre os fatores que levam à decisão de criação dos diferentes cursos de graduação e, especialmente, se a criação dos cursos superiores atende às necessidades do mercado de trabalho.

A maior parte das pesquisas acadêmicas sobre o mercado de trabalho para profissionais com ensino superior restringe-se à análise do diferencial de rendimentos do ensino superior em relação ao ensino médio, sem diferenciar os cursos de graduação. No entanto, o mercado de trabalho é muito heterogêneo, e níveis de salário, inatividade e desemprego são diferentes para profissionais graduados em áreas distintas.

Dessa forma, deve-se questionar: como se diferencia a inserção de graduados dos diversos cursos superiores no mercado de trabalho? A criação de cursos superiores atende às necessidades do mercado de trabalho?

Para responder a essas questões, será estudado, especificamente, o caso dos graduados residentes no estado de Goiás e da expansão recente da Universidade Federal de Goiás, sendo o objetivo geral deste artigo avaliar a evolução recente

da oferta de cursos pela Universidade Federal de Goiás segundo a ótica do mercado de trabalho. Especificamente, procura-se:

- analisar como a alocação dos profissionais, o rendimento e as taxas de inatividade e de desemprego variam entre os diversos cursos superiores, no estado de Goiás;
- relacionar a oferta de cursos superiores pela Universidade Federal de Goiás aos incentivos do mercado de trabalho goiano.

Para atender a esses objetivos são utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o mercado de trabalho e também dados do Ministério da Educação sobre o crescimento da Universidade Federal de Goiás (UFG). São analisados o rendimento, a taxa de ocupação em emprego típico de nível superior, a taxa de inatividade e a taxa de desemprego dos profissionais graduados residentes no estado de Goiás, assim como a evolução recente da criação de cursos de graduação na UFG.

Além desta introdução, o artigo conta com seções intituladas Revisão bibliográfica, Metodologia, Resultados e Considerações finais. A próxima seção apresentará uma revisão da literatura sobre aspectos econômicos da educação superior.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No Brasil, o número de pessoas que possuem ensino superior vem crescendo nas últimas décadas, e entre os países latinos o Brasil apresenta os maiores diferenciais de salário entre aqueles que possuem educação de nível superior e os que possuem somente ensino médio (NERI, 2005, p.20).

O retorno da educação tem sido amplamente estudado. A partir de equações mincerianas e

de diversos procedimentos econométricos, foram estimadas taxas de retorno para cada ano adicional de escolaridade em estudos como: Lam e Levinson (1990); Lam e Shoeni (1993); Kassouf (1994); Kassouf (1998); Menezes Filho, Pichetti e Fernandes (2000), Loureiro e Galvão (2001); Ueda e Hoffmann (2002), Sachsida, Loureiro e Mendonça (2004); e Rezende e Willie (2006).

As conclusões dos trabalhos destacados indicaram retornos privados positivos para educação, variando de acordo com sexo, idade, experiência profissional, grau de escolaridade, região do país, moradia em zona urbana ou rural e emprego no setor formal ou informal da economia. Além dos retornos privados, podem ser observados também retornos sociais da educação superior e efeitos sobre o crescimento econômico, como apontados por Barbosa Filho e Pessoa (2010).

Pela perspectiva dos alunos que escolhem qual carreira do ensino superior seguir, há evidências de que o diferencial de rendimentos e demais as condições do mercado de trabalho estão associadas à graduação escolhida.

Casari (2006) analisou a escolha da carreira dos alunos da Universidade de São Paulo (USP) no vestibular de 1996 e concluiu que o salário esperado não teve impacto sobre a escolha do curso. Já Bartalotti e Menezes Filho (2007) obtiveram resultado diferente analisando a escolha da carreira dos candidatos ao vestibular da USP nos anos de 1990 a 1993 e de 1999 a 2002. Os autores verificaram efeito positivo do salário sobre a demanda pelas carreiras de ensino superior. Foram obtidos resultados negativos para a dispersão dos salários e para as taxas de desemprego, embora não estatisticamente significantes.

No Nordeste, Silva e Silveira Neto (2012) estimaram os efeitos de variáveis associadas ao mercado de trabalho sobre a escolha da carreira de candidatos ao vestibular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no ano de 2009. Os resultados obtidos foram significativos e mostraram uma

relação positiva entre os salários e a demanda pelas carreiras e uma relação negativa entre a escolha da carreira e o desvio padrão do rendimento e a taxa de desemprego.

Dessa forma, pode-se verificar a importância do mercado de trabalho para candidatos ao ensino superior. No entanto, apesar das pesquisas já realizadas sobre o tema, poucos são os artigos que se dedicam à inserção de profissionais com ensino superior no mercado de trabalho e observa-se que há diferenças importantes entre os distintos cursos de graduação.

Fernandes e Narita (2001) avaliaram o desempenho do mercado de trabalho para esses profissionais, e argumentam que há uma elevada sensibilidade dos salários em relação ao nível educacional e que o retorno da educação superior tem apresentado uma tendência de crescimento desde o início da década de 1980, sendo, em 2000, cerca de 20%, em média, por ano adicional de estudo.

Os autores utilizaram os dados do Censo de 1980 e de 1991 para calcular os diferenciais controlados de rendimentos entre as diferentes formações superiores. Seus resultados mostram que medicina apresenta o maior rendimento entre as carreiras, quase duas vezes maior que geografia, a carreira que tem o menor rendimento, excluindo-se teologia. No entanto, ao se calcular o retorno médio anual por formação superior, odontologia, ciência da computação, engenharia mecânica e engenharia química ultrapassaram medicina.

Segundo Fernandes e Narita (2001), outros aspectos que influenciam os rendimentos dos profissionais do ensino superior são as habilidades não observadas e a probabilidade de obter um emprego típico de sua formação, sendo que os trabalhadores que têm ocupações típicas recebem um prêmio de rendimento de em média 13,66%.

A partir dos dados do Censo de 2000, Neri (2005) calculou o retorno de diversas carreiras do ensino superior. Seus resultados são semelhantes aos anteriores e indicam que medicina oferece o

maior retorno, seguida por engenharia e direito e, em último lugar, teologia. O autor estima, ainda, a probabilidade de ocupação e os cursos que apresentam maior probabilidade são engenharia (90%), medicina (88%) e ciência da computação (87%).

Também utilizando os dados do Censo de 2000, Casari (2007) analisou o retorno do ensino superior por área (ciências exatas, humanas, biológicas, sociais aplicadas e engenharias) em Santa Catarina. Segundo a autora, as áreas de ciências exatas e humanas oferecem formação mais geral e diversificada e menores rendimentos, enquanto as áreas de formação mais específica, ciências biológicas, sociais aplicadas e engenharias, apresentam maiores rendimentos.

Mais recentemente, Neri (2013) investigou os ganhos trabalhistas das diferentes carreiras universitárias. O autor utilizou dados do Censo 2010 para o país como um todo e analisou as seguintes condições associadas a ganhos trabalhistas: rendimento, jornada de trabalho, desemprego e contribuição previdenciária. O autor destaca que medicina é a carreira que obteve maiores ganhos trabalhistas, seguida por odontologia e engenharias. Por outro lado, as carreiras que apresentaram piores condições trabalhistas são religião, filosofia e ética e esportes.

Nascimento, Maciente e Assis (2013) analisaram a geração de empregos em ocupações de nível superior no período pós-crise internacional, de 2009 a 2012, e utilizaram dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No período estudado foram gerados 304.317 postos de trabalho, sendo quase 50 mil destes postos apenas em ocupações de analistas de tecnologia da informação. Chama a atenção também o alto número de postos de trabalho gerados nas ocupações de enfermeiros e afins (27.282) e profissionais de relações públicas, publicidade, mercado e negócios (20.853).

Os autores analisaram também a geração de postos de trabalho nas unidades da federação, classificando a quantidade absoluta e relativa de postos de trabalho em ocupações de nível superior em alta, média alta, média, média baixa e baixa. Os estados que foram classificados com alta quantidade absoluta foram Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, e os estados que foram classificados com alta concentração relativa foram Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Distrito Federal. O estado de Goiás, objeto deste artigo, obteve classificação média alta tanto em quantidade absoluta, quanto em concentração relativa de postos de trabalho gerados.

Os mesmos autores, em um segundo artigo, analisaram os ganhos salariais das ocupações de nível superior de 2009 a 2012. Considerando todas as ocupações de nível superior, o rendimento médio real passou de pouco mais de R\$ 2 mil em janeiro de 2009 para quase R\$ 2,4 mil em dezembro de 2012, um aumento de 16%. Entre as ocupações com maiores ganhos salariais, estão aquelas do setor público, médicos e engenheiros, e entre as ocupações com maiores perdas salariais, destacam-se delegados de polícia, engenheiros ambientais e chefes de cozinha.

Os dois estudos, Maciente, Nascimento e Assis (2013) e Nascimento, Maciente e Assis (2013), mostram que a dinâmica das ocupações de nível superior são bastante diferentes. Em conjunto com os demais artigos citados, observa-se que o retorno do ensino superior é heterogêneo; logo, há áreas mais valorizadas pelo mercado de trabalho. Por um lado, existem carreiras mais generalistas, que permitem diferentes funções no mercado de trabalho, ou seja, a partir da diversificação, reduzem o risco de desemprego, mas oferecem menores retornos. E, por outro lado, as carreiras mais específicas, que devem oferecer vantagens comparativas por meio da especialização (FERNANDES; NARITA, 2001, p.5).

Macedo (1998) argumenta que essa desigualdade se deve à excessiva especialização do ensino superior brasileiro, que gera alta evasão dos alunos, além de não se adequar às exigências do mercado de trabalho.

Assim, este artigo pretende contribuir com a literatura analisando como o mercado de trabalho goiano responde a essa heterogeneidade e avaliando se a expansão da Universidade Federal de Goiás responde aos incentivos do mercado de trabalho.

3. METODOLOGIA

Para avaliar a evolução recente da oferta de cursos pela Universidade Federal de Goiás segundo a ótica do mercado de trabalho, são utilizados dados Ministério da Educação (MEC) sobre o crescimento da UFG e do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o estado de Goiás.

A base de dados do Censo foi a escolhida, pois é única que oferece informações relativas ao mercado de trabalho para profissionais com ensino superior especificando a graduação cursada.

Inicialmente, procurou-se compatibilizar os dados do Censo 2010 aos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Federal de Goiás (UFG), sendo que, por esse motivo, foram selecionados os seguintes cursos para a análise: pedagogia, artes visuais, música e artes cênicas, design e moda, letras, história, filosofia, psicologia, ciências sociais, economia, administração, ciências contábeis, direito, serviço social, comunicação social, biblioteconomia, física, química, matemática, estatística, ciência da computação, sistemas de informação, engenharia mecânica, engenharia elétrica, engenharia química, engenharia de alimentos, engenharia de minas, engenharia civil, arquitetura, agronomia e zootecnia, engenharia florestal, medicina veterinária, biologia, ciências ambientais, medicina, enfermagem, odontologia e farmácia.

Dessa forma, a população estudada neste artigo é formada por indivíduos residentes no estado de Goiás e graduados nos cursos listados acima, sem mestrado ou doutorado, perfazendo uma amostra de 30.311 indivíduos que representam 326.490 pessoas.

Após a seleção dos cursos superiores, foram calculados os rendimentos médios de todos os trabalhos para os profissionais ocupados e ocupados em empregos de nível superior e estimadas as taxas de inatividade, de desemprego e de profissionais com ocupações típicas de ensino superior. Essas taxas são dadas por:

$$Inatividade_i = \frac{inativos_i}{PIA_i} * 100 \quad (1)$$

O termo inativos refere-se ao número de indivíduos em idade ativa que não estão ocupados ou em busca de emprego e PIA é a população em idade ativa, ou seja, pessoas com 10 ou mais anos de idade.

$$Desemprego_i = \frac{desempregados_i}{PEA_i} * 100 \quad (2)$$

Desempregados refere-se ao número de profissionais graduados que estão em busca de emprego e PEA é a população economicamente ativa, formada pelos profissionais empregados e desempregados.

$$Ocupação superior_i = \frac{ocupados em empregos de nível superior_i}{ocupados_i} * 100 \quad (3)$$

Ocupados em empregos de nível superior são os indivíduos que estão ocupados em empregos classificados dentro dos grandes grupos Diretores e Gerentes ou Profissionais das Ciências e Intelectuais segundo a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares do IBGE e *ocupados* representam o número de indivíduos empregados. Em todas as equações, o subscrito i refere-se aos cursos de graduação selecionados.

Por último, a partir dos dados do MEC, foram levantadas informações sobre a oferta de cada curso

selecionado pela UFG e seu ano de início. O período de análise é de 2003 a 2012¹, quando, segundo MEC (2013), ocorreu o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que contou com a participação da UFG. Foi escolhido o período referente ao REUNI, pois esta é a mais recente e importante expansão das universidades federais brasileiras.

Deve-se considerar que os dados disponíveis sobre o mercado de trabalho são do Censo do ano de 2010 e que a expansão da universidade se deu no período de 2005 a 2012, ou seja, as constatações sobre o mercado de trabalho em 2010 podem apresentar pequenas diferenças em relação a outros anos, como 2005 ou 2012. No entanto, não há dados que permitam a avaliação do mercado de trabalho, por curso de graduação, em outros anos exceto os de Censos Demográficos, e o ano de 2010 é o que mais se aproxima do período de expansão analisado.

Na próxima seção, são apresentados resultados sobre o mercado de trabalho goiano e o crescimento da oferta de ensino superior.

4. RESULTADOS

Nesta seção, procura-se analisar o mercado de trabalho para profissionais com ensino superior no estado de Goiás, relacionando a oferta de cursos superiores pela Universidade Federal de Goiás aos incentivos do mercado de trabalho.

4.1 O mercado de trabalho para profissionais graduados no estado de Goiás

Para analisar o mercado de trabalho, são apresentadas neste item as médias dos rendimentos dos profissionais com ensino superior dos cursos superiores selecionados e também as taxas de

inatividade, de desemprego e de ocupação em emprego de nível superior.

Considerando toda a amostra, ou seja, todos os indivíduos graduados nos cursos superiores selecionados, a taxa de inatividade é de 13,94% e a taxa de desemprego, 3,03%. Isso significa que, no estado de Goiás, cerca de 45.513 pessoas graduadas nos cursos selecionados não estão trabalhando e nem à procura de emprego, enquanto há aproximadamente 8.514 graduados em busca de emprego.

Entre os profissionais que estão trabalhando, o rendimento médio de todos os trabalhos é de R\$ 3.247,37. No entanto, parte relevante desses profissionais, 36,06%, tem ocupações que não são típicas de ensino superior e que poderiam ser exercidas por trabalhadores com nível médio. Assim, se forem considerados apenas os profissionais ocupados em empregos de nível superior, o rendimento médio aumenta para R\$ 3.625,20, ou seja, o prêmio de rendimento é de 11,63%. Comparando esse resultado ao obtido por Fernandes e Narita (2001), de 13,66%, percebe-se que, no estado de Goiás em 2010, o prêmio para ocupações típicas de ensino superior é um pouco menor, o que pode ser causado pelo aumento do número de profissionais com ensino superior nos últimos anos.

A Tabela 1, a seguir, apresenta os valores médios dos rendimentos e as taxas de inatividade, de desemprego e de ocupação superior para cada curso de graduação selecionado.

A partir dos dados da Tabela 1², verifica-se que a inserção dos profissionais com ensino superior no mercado de trabalho é bastante diferente dependendo da área de formação superior.

Assim como observado por Fernandes e Narita (2001) e por Neri (2005 e 2013), a partir dos dados dos Censos de 1980, 1991 e 2000 para o Brasil, a análise dos resultados do Censo de 2010 para

¹ Neste período, houve criação de cursos superiores na UFG de 2005 a 2012.

² Na análise dos dados da Tabela 1, consideram-se altos os valores acima da média e baixos os valores abaixo da média.

Tabela 1: Rendimentos e taxas de inatividade, desemprego e ocupação superior por curso em 2010

Curso	Rendimento médio (R\$)		Ocupação superior (%)	Rendimento médio superior (R\$)	Inatividade (%)	Desemprego (%)
Pedagogia	1869,47	71,75	1980,26	15,18	2,39	
Artes visuais	2843,17	82,15	1544,22	42,68	24,77	*
Música e artes cênicas	2054,16	80,31	2167,27	15,59	7,34	*
Design e moda	3288,38	48,76	3025,31	21,85	7,78	
Letras	1938,20	74,68	2063,00	15,37	2,10	
História	2109,11	61,63	2350,29	16,07	4,17	
Filosofia	2257,39	66,09	2776,65	17,24	3,00	
Psicologia	2800,98	80,38	2876,55	17,00	5,35	
Ciências sociais	3463,21	53,56	4821,05	25,80	0,00	*
Economia	5128,10	53,36	6494,45	16,76	2,93	
Administração	2916,60	44,76	3644,37	9,38	3,50	
Ciências contábeis	2935,08	59,94	3224,37	14,18	2,26	
Direito	4506,49	61,56	4884,89	17,90	2,96	
Serviço social	2404,39	66,42	2560,41	21,16	5,10	
Comunicação social	2943,13	57,33	3314,99	12,51	5,59	
Biblioteconomia	1730,42	87,09	1903,95	16,64	2,15	*
Física	2449,70	55,90	2745,43	3,18	0,00	*
Química	2440,31	54,28	3076,55	4,20	1,01	
Matemática	2351,52	62,52	2234,07	7,79	2,38	
Estatística	4448,41	56,46	3085,16	8,57	0,00	*
Ciência da computação	2846,26	55,00	3208,06	9,02	3,18	
Sistemas de informação	2526,99	56,97	1832,00	9,99	4,21	
Engenharia mecânica	5489,02	59,30	7481,76	4,60	1,50	
Engenharia elétrica	4620,70	68,18	4699,99	13,85	2,99	
Engenharia química	4342,89	58,35	5700,43	9,87	2,80	*
Engenharia de alimentos	2315,14	44,74	2891,61	12,88	6,98	
Engenharia de minas	5683,50	57,79	5293,20	25,85	0,00	*
Engenharia civil	8593,13	76,58	9472,66	9,78	0,00	
Arquitetura	4836,14	76,44	5022,04	15,33	0,00	
Agronomia e zootecnia	4869,39	48,02	5491,98	12,17	4,59	
Engenharia florestal	1773,20	68,97	2222,07	11,66	11,11	*
Medicina veterinária	4487,66	71,35	4544,18	10,24	2,94	
Biologia	2251,02	64,86	2540,20	14,80	5,06	
Ciências ambientais	1976,62	24,93	2489,56	14,10	0,00	*
Medicina	10505,16	94,21	10758,93	9,90	1,10	
Enfermagem	2274,41	53,78	2626,27	19,75	6,70	
Odontologia	4854,35	91,01	4912,98	8,60	0,47	
Farmácia	2890,87	81,12	3135,83	13,21	3,39	

* Número de observações sem peso menor que 50 para o rendimento médio.

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Censo 2010.

Goiás mostra que medicina é o curso que apresenta maior remuneração. Além disso, verifica-se também a elevada taxa de ocupação superior e o baixo desemprego, indicando uma possível escassez de médicos no estado.

Outras carreiras em se observam bons indicadores do mercado de trabalho são Engenharia Civil, Arquitetura, Odontologia, Engenharia Elétrica e Medicina Veterinária. Nestas, há rendimentos acima da média, alta taxa de ocupação superior e baixo índice de desemprego, mostrando que faltam profissionais no mercado de trabalho.

Observa-se que algumas carreiras em que há licenciaturas (Pedagogia, Letras e Filosofia) apresentam baixo rendimento médio. No entanto, observa-se que, nestas carreiras há elevada taxa de ocupação superior e baixo desemprego. Esse resultado mostra que não há excesso de professores no estado de Goiás, mas que há pouca concorrência entre os empregadores, que têm poder de mercado para determinar um salário abaixo da média para as licenciaturas. Acredita-se que isso seja consequência do elevado número de professores que têm seus rendimentos determinados pelo Estado.

Já as carreiras de Administração, Design e Moda, Química, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Enfermagem e Engenharia de Alimentos mostram as situações mais preocupantes, pois apresentam taxas de desemprego acima da média, rendimento e taxa de ocupação superior abaixo da média. Esses resultados indicam que há excesso de oferta de trabalhadores com essas formações superiores no estado de Goiás.

Além disso, percebe-se que há diversas carreiras que não apresentam altas taxas de desemprego, mas oferecem rendimento pouco abaixo da média e têm proporção elevada de profissionais em ocupações que não são típicas de ensino superior. Essas carreiras são História, Matemática e Ciências Contábeis.

Em outros casos, em Psicologia, Serviço Social, Biologia e Farmácia, observam-se rendimentos abaixo da média e altas taxas de desemprego, porém o nível de ocupação superior continua acima da média. Para os profissionais graduados nesses cursos, pode haver dificuldade de adaptação a empregos de nível médio ou ainda preferência por continuarem desempregados enquanto procuram uma ocupação típica de nível superior.

Nos dois casos, tanto de baixa taxa de ocupação superior quanto de alta taxa de desemprego aliados ao rendimento abaixo da média, pode haver excesso de profissionais no mercado de trabalho.

Chama a atenção ainda o caso das carreiras de Economia, Direito, Engenharia Mecânica e Agronomia e Zootecnia que, embora tenham baixo índice de ocupação superior, mantém o rendimento médio acima da maior parte dos cursos. Para esses cursos, é importante analisar se a formação dada aos alunos na graduação é adequada às necessidades do mercado de trabalho. Verifica-se ainda que, para Economia, Direito e Engenharia Mecânica, a taxa de desemprego também é baixa, o que aliado ao alto rendimento indica que pode haver falta de profissionais no mercado de trabalho.

No próximo item, avalia-se a expansão recente da Universidade Federal de Goiás.

4.2 A expansão recente da Universidade Federal de Goiás

A Universidade Federal de Goiás foi fundada em 1960 com a reunião de cinco escolas superiores que já existiam, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina. Desde então, a universidade vem se expandindo em Goiânia (campus Colemar Natal e Silva e campus Samambaia) e também nos campi de Catalão, Jataí e Goiás (UFG, 2013, p.1).

Analisando a expansão dos cursos selecionados da universidade, observa-se que, a partir de 2005,

Tabela 2: Avaliação das condições do mercado de trabalho para os cursos criados após 2003.

Curso	Rendimento < R\$ 3.247,37	Ocupação superior < 63,94%	Rendimento médio superior < R\$ 3.625,20	Inatividade > 13,94%	Desemprego > 3,03%	Existência de curso anterior em outro campus
Pedagogia	X		X	X		X
Design e moda		X	X	X	X	X
Letras	X		X	X		X*
História	X	X	X	X		X
Filosofia	X		X	X		X
Psicologia	X		X	X	X	
Economia		X		X		
Administração	X	X			X	
Ciências contábeis	X	X	X	X		
Direito		X		X		X
Serviço social	X		X	X	X	
Química	X	X	X		X	X
Ciência da computação	X	X	X		X	X
Sistemas de informação	X	X	X		X	
Engenharia mecânica		X				
Engenharia civil						X
Arquitetura				X		
Agronomia e zootecnia		X			X	
Biologia	X		X	X	X	X
Enfermagem	X	X	X	X	X	X

* Apenas Letras - Inglês

Fonte: elaborado pela autora.

foram disponibilizados 44 novos cursos³, destacando-se a abertura dos cursos superiores pelo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Na Tabela 2 relaciona-se a expansão recente da UFG aos indicadores do mercado de trabalho goiano.

Percebe-se que a expansão recente da UFG se dá tanto em cursos em que hoje há excesso de oferta de profissionais como em cursos em que há falta desses no mercado de trabalho.

Entre os cursos em que foi verificado o excesso de oferta de profissionais, segundo os dados do

Censo, há a criação de Administração em Goiânia (2006) e Catalão (2006), Química em Catalão (2006) e em Jataí (2006 e 2009), Ciência da Computação em Jataí (2008), Enfermagem em Jataí (2008) e em Catalão (2009), Sistemas de Informação em Goiânia (2009) e Design de Ambientes em Goiânia (2012).

Percebe-se ainda que, desses cursos, apenas Administração, Sistemas de Informação e Design de Ambientes não eram ofertados pela universidade. Antes da expansão, já existiam na UFG: Química em Goiânia (1974 e 1985); Ciência da Computação em Goiânia (1984) e em Catalão (1996); e Enfermagem em Goiânia (1976).

Entre os cursos em que pode haver excesso de oferta, foram abertos os cursos de História em Jataí (2006), Ciências Contábeis em Goiânia (2006),

³ Os cursos em campi diferentes, como Administração em Catalão e Goiânia, são considerados cursos diferentes. A Tabela 4, no Anexo 1, lista a evolução da oferta na UFG de todos os cursos selecionados.

Psicologia em Goiânia (2006), Catalão (2007) e Jataí (2007), Serviço Social em Goiás (2009) e Biologia em Catalão (2006 e 2010). Desses cursos, apenas História era ofertada em Goiânia desde 1968 e Biologia era ofertada em Goiânia (1977) e em Jataí (1996).

Por outro lado, entre os cursos em que existe escassez de profissionais no mercado de trabalho, foram criados Engenharia Civil em Catalão (2008) e Arquitetura e Urbanismo em Goiânia (2009).

E, entre os cursos em que pode haver escassez de profissionais, foram criados Economia em Goiânia (2005), Letras – espanhol, francês, inglês e linguística (2005) e Letras – libras (2009), todas as habilitações em Goiânia, Zootecnia em Jataí (2006) e em Goiânia (2012), Pedagogia da Terra em Goiânia (2007), Filosofia em Goiás (2009), Direito em Jataí (2009) e Engenharia Mecânica em Goiânia (2009).

A Tabela 3 apresenta a situação do mercado de trabalho para os cursos selecionados e já existentes na UFG, mas que não sofreram expansão a partir de 2003.

Considerando os cursos de Comunicação Social, Matemática, Engenharia Elétrica, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária, Medicina, Odontologia e Farmácia, pode-se inferir

que há demanda por parte do mercado de trabalho goiano e ainda há espaço para o aumento da oferta de vagas ou criação de novos cursos de Engenharia Elétrica, Medicina Veterinária, Medicina e Odontologia.

Avalia-se, então, que a expansão da Universidade Federal de Goiás não apresenta uma relação clara com a dinâmica do mercado de trabalho. O Gráfico 1, a seguir, apresenta a proporção de cursos criados em situação de excesso de oferta, possível excesso de oferta, possível escassez de oferta e escassez de oferta.

Observou-se a criação de dez cursos que já apresentam excesso de profissionais (31%) e de oito cursos que podem ter excesso de oferta (25%), enquanto foram criados apenas dois cursos que apresentam escassez de profissionais (6%) e mais doze cursos que podem apresentar escassez de oferta (38%).

Foi verificado ainda que a maior parte dos cursos que em 2010 apresentaram excesso de profissionais, já eram ofertados pela própria universidade em outros campi antes da expansão, como Química, Ciência da Computação, Enfermagem e História.

Consequentemente, estudantes de cursos em que há excesso de profissionais ou ainda baixa taxa

Tabela 3: Avaliação das condições do mercado de trabalho para os cursos que não tiveram expansão após 2003.

Curso	Rendimento < R\$ 3.247,37	Ocupação superior < 63,94%	Rendimento médio superior < R\$ 3.625,20	Inatividade > 13,94%	Desemprego > 3,03%
Comunicação social	X	X	X		X
Matemática	X	X	X		
Engenharia elétrica					
Engenharia de alimentos	X	X	X		X
Medicina veterinária					
Medicina					
Odontologia					
Farmácia	X		X		X

Fonte: elaborado pela autora

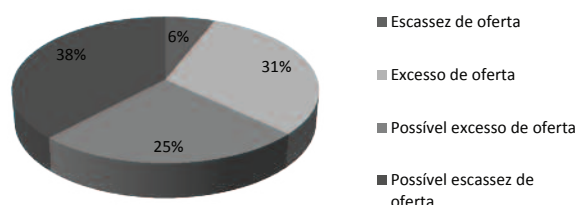


Gráfico 1: Distribuição dos cursos criados segundo a avaliação do mercado de trabalho

Fonte: elaborado pela autora.

de ocupação superior podem ter, futuramente, dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Como a maior parte dos cursos superiores foram criados no interior do estado, a dificuldade dos profissionais no interior poderá ser ainda maior que na capital.

Deve-se notar, porém, que, embora não haja dados numéricos, é clara a percepção de que conforme se ampliam as vagas em cursos superiores públicos, a demanda por esses cursos em instituições particulares cai, podendo levar ao fechamento de cursos particulares que apresentam excesso de vagas num futuro próximo. Isso, então, poderia levar o mercado de trabalho a uma situação de equilíbrio, sem excesso de profissionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi avaliar a evolução recente da oferta de cursos pela Universidade Federal de Goiás segundo a ótica do mercado de trabalho. Para tanto, foram analisados dados do Ministério da Educação sobre a expansão da UFG e do Censo Demográfico sobre rendimento e taxas de ocupação superior, de inatividade e de desemprego.

Os resultados mostraram que, em Goiás, há excesso de oferta de profissionais das carreiras de Administração, Design e Moda, Química, Ciência da Computação, Sistemas de Informação,

Enfermagem e Engenharia de Alimentos, e que pode haver excesso de oferta de profissionais nas áreas de História, Matemática, Ciências Contábeis, Psicologia, Serviço Social, Biologia e Farmácia. Esse excesso causa baixo rendimento e baixa taxa de ocupação superior, além de desemprego.

Dessa forma, recomenda-se a pesquisa com egressos da Universidade Federal de Goiás para investigar as demandas do mercado de trabalho, verificar se há formas de diferenciação do profissional graduado na universidade ou ainda se há necessidade de redução do número de vagas ofertadas.

Por outro lado, foi identificada escassez de profissionais graduados em Medicina, Engenharia Civil, Arquitetura, Odontologia, Engenharia Elétrica e Medicina Veterinária, e uma possível falta de profissionais das carreiras de Economia, Direito e Engenharia Mecânica.

Observou-se que não há uma relação direta entre a expansão da UFG e os indicadores do mercado de trabalho. Houve aumento da oferta de cursos que apresentam escassez de profissionais e também de cursos que apresentam excesso de profissionais.

A partir dos resultados obtidos, recomenda-se que a universidade dê prioridade ao aumento da oferta dos cursos em que se verificou a escassez de profissionais e que não foram incluídos na expansão recente da universidade, tais como Medicina, Odontologia, Engenharia Elétrica e Medicina Veterinária.

Além da expansão nas áreas citadas, sugere-se que seja seguida uma ordem de prioridade para a abertura de novos cursos, sendo: (1) cursos novos ainda não ofertados pela universidade com bons indicadores do mercado de trabalho; (2) cursos já existentes na universidade com bons indicadores do mercado de trabalho; (3) cursos novos ainda não ofertados pela universidade com indicadores de que pode haver excesso de profissionais; (4) cursos já existentes na universidade com indicadores de que pode haver excesso de profissionais.

Considerando também que o crescimento das vagas em uma instituição pública pode levar à redução de vagas em instituições particulares, não se elimina a possibilidade de abertura de cursos em áreas identificadas com excesso de profissionais, porém, sugere-se que a abertura desses cursos seja a última em termos de prioridade.

Por fim, deve-se ressaltar que o objetivo deste artigo limita-se à análise do mercado de trabalho, portanto, não foram abordados outros aspectos

relevantes para a decisão de criação de um curso de graduação como a existência de professores, infraestrutura e recursos financeiros. Espera-se que, a partir desta avaliação, a Universidade Federal de Goiás e as demais universidades federais procurem analisar mais profundamente indicadores do mercado de trabalho e que esses indicadores também sejam considerados como fatores de decisão para a abertura de novos cursos superiores.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, F. H.; PESSÔA, S. A. Educação e crescimento: o que a evidência empírica e teórica mostra? *Economia*, v. 11, n. 2, p. 265-302, maio./ago. 2010.

BARTALOTTI, O.; MENEZES FILHO, N. A. A relação entre o desempenho da carreira no mercado de trabalho e a escolha profissional dos jovens. *Economia Aplicada*, v. 11, n. 4, p. 487-505, out./dez. 2007.

CASARI, P. *Retorno esperado e escolha profissional*: fatores associados à escolha da carreira dos alunos da Universidade de São Paulo. 2006. 68 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP. 2006.

_____. Retorno do ensino superior em Santa Catarina: diferenças entre as áreas de graduação e de atividade econômica. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 1, 2007. *Anais ...* Rio do Sul - RS: [s.n.], 2007, p. 1-17.

FERNANDES, R.; NARITA, R. T. Instrução superior e mercado de trabalho no Brasil. *Economia Aplicada*, v. 5, n.1, 2001.

INEP. Cadastro da educação superior. Disponível em www.educacaosuperior.inep.gov.br. Acesso em 22 de fev. 2007.

KASSOUF, A. L. The wage rate estimation using the Heckman procedure. *Revista de Econometria*, v. 14, n. 1, p. 89-107, abr./out. 1994.

_____. Wage gender discrimination and segmentation in the Brazilian labor market. *Economia Aplicada*, v. 2, n. 2, p. 243-269, abr./jun. 1998.

LAM, D.; LEVINSON, D. Idade, experiência, escolaridade e diferenciais de renda: Estados Unidos e Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 20, n. 2, p. 219-256, ago. 1990.

LAM, D.; SHOENI, R. Effects of family background on earnings and return to schooling: evidence from Brazil. *Journal of Political Economy*, v. 101, n. 41, p. 710-739, 1993.

REFERÊNCIAS

- LOUREIRO, P. R. A.; GALRÃO, F. G. Discriminação no mercado de trabalho: uma análise dos setores e urbano no Brasil. *Economia Aplicada*, v. 5, n. 3, p. 519-545, jul./set. 2001.
- MACEDO, R. *Seu diploma, sua prancha*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- MACIENTE, A. N.; NASCIMENTO, P. A. M.; ASSIS, L. R.S. As ocupações de nível superior com maiores ganhos salariais entre 2009 e 2012. *Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, n. 27, p. 55-70, jul. 2013.
- MEC. E-mec. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 03 de fev. 2013.
- _____. REUNI 2008. Relatório do primeiro ano do Reuni. Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28. Acesso em: 03 de fev. 2013.
- _____. Simec. Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/M>. Acesso em: 03 de fev. 2013.
- MENEZES FILHO, N. A.; PICHETTI, P.; FERNANDES, R. A evolução da distribuição de salários no Brasil: fatos estilizados para as décadas de 80 e 90. In: *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- MINCER, J. Investment in human capital e personal income distribution. *Journal of Political Economy*, v. 66, n. 4, p. 281-302, ago. 1958.
- NASCIMENTO, P. A. M.; MACIENTE, A. N.; ASSIS, L. R.S. As ocupações de nível superior que mais geraram empregos entre 2009 e 2012. *Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, n. 27, p. 31-40, jul. 2013.
- NERI, M. O retorno da universidade. *Conjuntura econômica*. p. 20-21, nov. 2005.
- _____. Escolhas universitárias e performance trabalhista. *Radar: Tecnologia, Produção e Comércio Exterior*, n. 27, p. 7-20, jul. 2013.
- REZENDE, M.; WYLLIE, R. Retornos para educação no Brasil: evidências empíricas adicionais. *Economia Aplicada*, v. 10, n. 3, p.349-365, jul./set. 2006.
- SACHSIDA, A.; LOUREIRO, P. R. A.; MENDONÇA, M. J. C. Um estudo sobre retornos em escolaridade no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 58, n. 2, p. 249-265, 2004.
- SCHULTZ, T. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SILVA, D. F. C.; SILVEIRA NETO, R. M. Escolhas de carreiras universitárias e mercado de trabalho: uma análise dos incentivos econômicos sobre as preferências quanto às carreiras da Universidade Federal de Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 10, 2012. *Anais...* Recife - PE: 2012, p. 1-20.
- UEDA, E. M.; HOFFMANN, R. Estimando o retorno em educação no Brasil. *Economia Aplicada*, v. 6, n. 2, p. 209-238, abr. /jun. 2002.
- UFG. Um pouco de história. Disponível em: <http://www.ufg.br/page.php?menu_id=110&pos=esq>. Acesso em: 03 de fev. 2013.
- WOOLDRIDGE, J. M. *Econometric analysis of cross-section and panel data*. London: MIT Press, 2002.

Anexo 1:

Tabela 4: Evolução da oferta de cursos superiores selecionados da UFG.

Curso	Campus	Ano	Curso	Campus	Ano
Direito	Goiânia	1898	Ciências econômicas	Goiânia	2005
Farmácia	Goiânia	1948	Letras - espanhol	Goiânia	2005
Odontologia	Goiânia	1948	Letras - francês	Goiânia	2005
Engenharia civil	Goiânia	1954	Letras - inglês	Goiânia	2005
Medicina	Goiânia	1960	Letras - linguística	Goiânia	2005
Ciências sociais	Goiânia	1962	Administração	Catalão	2006
Letras - estudos literários	Goiânia	1962	Administração	Goiânia	2006
Agronomia	Goiânia	1963	Ciências biológicas - bacharelado	Catalão	2006
Medicina veterinária	Goiânia	1963	Ciências contábeis	Goiânia	2006
Física	Goiânia	1964	Física	Catalão	2006
Matemática	Goiânia	1964	Física	Jataí	2006
Comunicação social	Goiânia	1968	História	Jataí	2006
História	Goiânia	1968	Psicologia	Goiânia	2006
Engenharia elétrica	Goiânia	1970	Química	Catalão	2006
Química - licenciatura	Goiânia	1974	Química - licenciatura	Jataí	2006
Enfermagem	Goiânia	1976	Zootecnia	Jataí	2006
Ciências biológicas	Goiânia	1977	Pedagogia da terra	Goiânia	2007
Biblioteconomia	Goiânia	1980	Psicologia	Catalão	2007
Filosofia	Goiânia	1982	Psicologia	Jataí	2007
Ciências da computação	Goiânia	1984	Ciências da computação	Jataí	2008
Pedagogia	Jataí	1985	Enfermagem	Jataí	2008
Química - bacharelado	Goiânia	1985	Engenharia civil	Catalão	2008
Letras - língua portuguesa	Catalão	1986	Engenharia de minas	Catalão	2008
Letras - português e inglês	Catalão	1986	Arquitetura e urbanismo	Goiânia	2009
Matemática	Jataí	1986	Ciências ambientais	Goiânia	2009
Matemática	Catalão	1988	Ciências sociais	Catalão	2009
Pedagogia	Catalão	1988	Direito	Jataí	2009
Direito	Goiás	1990	Enfermagem	Catalão	2009
Letras - língua portuguesa	Jataí	1990	Engenharia florestal	Goiânia	2009
História	Catalão	1991	Engenharia florestal	Jataí	2009
Letras - língua portuguesa	Goiânia	1992	Engenharia mecânica	Goiânia	2009
Ciências biológicas	Jataí	1996	Engenharia química	Goiânia	2009
Ciências da computação	Catalão	1996	Estatística	Goiânia	2009
Design de moda	Goiânia	1996	Filosofia	Goiás	2009
Agronomia	Jataí	1997	Letras - libras	Goiânia	2009
Artes visuais - bacharelado	Goiânia	1997	Música - canto - licenciatura	Goiânia	2009
Medicina veterinária	Jataí	1997	Música - educação musical	Goiânia	2009
Engenharia de alimentos	Goiânia	1999	Música - instrumento musical - licenciatura	Goiânia	2009
Letras - inglês	Jataí	1999	Química - bacharelado	Jataí	2009
Pedagogia	Goiânia	1999	Serviço social	Goiás	2009
Artes cênicas	Goiânia	2000	Sistemas de informação	Goiânia	2009
Artes visuais - licenciatura	Goiânia	2000	Zootecnia	Goiânia	2009
Música - canto	Goiânia	2000	Ciências biológicas - licenciatura	Catalão	2010
Música - composição	Goiânia	2000	Design de ambientes	Goiânia	2012
Música - instrumento musical	Goiânia	2000			
Música - regência	Goiânia	2000			

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Ministério da Educação (2013)